



Notas sobre a Fileira do Azeite

Por Lucinda Pinto

O GPP (Gabinete de Planeamento e Políticas) apresentou recentemente um “diagnóstico sectorial” sobre a Olivicultura em Portugal.

O documento concentra informação sobre a estrutura da produção, transformação e comercialização do azeite e da azeitona de mesa nacional, apresentando também alguns indicadores de produção e mercado nos restantes países da União Europeia e nos países terceiros. Este diagnóstico pretende contribuir, como vem expresso na sua introdução, para dar a conhecer “a realidade do sector de forma a que se possa, com objectividade e transparência, definir as metas e os instrumentos para as alcançar.” Poder-se-á considerar o ponto de partida para a definição do Plano Estratégico

da Fileira tão apregoado no contexto do novo PDR (Programa de Desenvolvimento Rural 2007-1013). O diagnóstico está feito será que temos estratégia para definir e concretizar um qualquer Plano de Acção?

1 – A situação, planos e estratégias

1.1 – Planos e estratégias

Antes de apresentar alguns indicadores que constam do plano e que nos ajudam à reflexão, não quero deixar de referir que ao longo de anos tivemos Planos para a fileira, alguns ainda se lembrarão do “Plano Nacional para a Dinamização da fileira oleícola”, resultado do “objectivo prioritário”

da política agrícola nacional e que pretendia “criar os meios que permitam dinamizar a expansão do olival e da produção de azeite, com especial ênfase em regiões com vocação para a produção de qualidade.” (Despacho 100/96). Mais recentemente, em 2002, foi apresentado um “programa de acção para a fileira oleícola”. Louve-se a boa vontade dos preponentes para que fossem criadas as E.L.I (Equipas Locais de Intervenção), o que constituía, na minha opinião uma boa estratégia na medida em que a realidade olivícola é, como no resto dos sectores da nossa agricultura, geograficamente diversificada. Lembro aqui os objectivos:

- I – Melhoria selectiva da produtividade do olival existente;
- II – Maximização da área de plantação de novos olivais, no âmbito do programa de plantação de 30 000ha de novos olivais;
- III – Estabelecimento de um programa de formação prática para a condução das técnicas mais adequadas com vista à recuperação do olival tradicional e do funcionamento dos lagares, visando a melhoria da produtividade e da qualidade;
- IV – Organização de uma vasta campanha de informação e esclarecimento junto dos consumidores sobre as novas denominações e designações do azeite;
- V – Criação de uma estrutura interprofissional para a fileira.

Destes, os verdadeiramente concretizados foram o Plano de plantação de novo olival (No Quadro 1 são apresentados os valores e distribuição geográfica do olival plantado, por Direcção Regional de Agricultura – pág. 36) e a criação da estrutura interprofissional designada por AIFO (Associação Interprofissional da Fileira Olivícola) que congrega as Organi-

zações representativas da produção, transformação e comercialização.

Os restantes foram sendo diluídos em acções pontuais e as ELI nunca foram implementadas.

1.2 – Situação da plantação de novo olival

A plantação de novo olival andou “emperrada”. Entre 1986 e 1999 arrancou-se, com financiamento público, muito mais olival do que aquele que se plantou ou beneficiou (o saldo foi favorável ao arranque em mais de 7000ha). De facto, trata-se de um investimento de longo prazo e o contexto da política agrícola comum oferecia soluções mais rentáveis no curto prazo aos agricultores, como sejam os cereais de regadio ou a pecuária. A situação inverte-se totalmente com a reforma da PAC (Política Agrícola Comum) de 2003, com o desligamento das ajudas da produção e a introdução do RPU (Regime de Pagamento Único).

A este facto não é alheia a disponibilização actual da água do Alqueva para rega. As notícias que circulam dão conta da grande expansão da área de novo olival que foi plantado nos últimos 5 anos, só os espanhóis terão plantado mais de 50 000ha! É portanto um sucesso que fará com que Portugal passe da situação de deficitário a excedentário em termos da disponibilidade de azeite.

O contexto internacional aponta também para um aumento significativo da plantação de novos olivais.

1.3 – Um exemplo ilustrativo - A Beira Interior

A Beira Interior não é a principal região produtora de azeite, posição ocupada pelo Alentejo à qual se segue a região de Trás-os-Montes, mas ilustra bem, em minha opinião, o que tem sido a evolução do sector e as diferentes velocidades em que esta se tem operado.





Os dados estruturais referidos a seguir têm por base o RGA (Recenseamento Geral da Agricultura) de 1999.

O olival ocupa na Região da Beira Interior 60 273ha (de referir que os dados mais actualizados do INE – Instituto Nacional de Estatística apontam, face a este valor, para uma diminuição de 7600ha até 2005), correspondendo a cerca de 36000 explorações. No que respeita à dimensão económica, mais de 70% das explorações são muito pequenas (até 2 UDE), (1 UDE – Unidade Dimensão Económica –□ corresponde a 1200 Euros de Margem Bruta Padrão), ocupando estas 38% da área com olival.

Em termos de produção, a Beira Interior contribui com 15% da produção de azeitona para azeite, figurando em terceiro lugar no cômputo das regiões produtoras de azeite. Constata-se, no entanto, que o olival não tem representado uma opção atractiva para a região, ao contrário de Trás-os-Montes que viu a sua superfície de olival crescer.

De facto, no período em que vigoraram os Programas PEDAP e PAMAF (entre 1986 e 1999) a região perdeu mais de 1300ha de olival, definitivamente arrancados (3193ha arrancados-1847ha (plantação+enxertia+adensamento). Contrastando com esta realidade, a região de Trás-os-Montes plantou e beneficiou 5 000ha de olival.

Outro dado importante diz respeito às novas plantações incluídas no programa dos 30 000ha. Entre 1998 e 2006 foram plantados na Beira Interior 1072,5ha, de acordo com a informação do GPP, o que corresponde apenas a 3,5% do total plantado.

Relativamente à capacidade transformadora instalada, a Região tem vindo progressivamente a perder lagares, não fugindo, portanto, à tendência generalizada que se verifica no País.

Apesar do esforço, sobretudo materializado em iniciativas, como sejam: a reconversão de alguns lagares, a existência da DOP (Denominação de Origem Protegida) “Azeites da Beira Interior” e a promoção da feira do azeite, o olival não tem recuperado como seria desejável.

Que o olival constitui uma marca na paisagem que a valoriza e lhe confere características únicas, ninguém tem dúvidas. Como defendê-lo? Como preservá-lo?

A reforma da PAC de 2003 e a decisão do Governo de desligamento total das ajudas da produção, também no sector do azeite, contribuíram e muito para a situação que actualmente o sector atravessa.

É hoje indesmentível que o desligamento das ajudas da produção contribui para o abandono puro e simples e não constitui estímulo ao produtor para reconverter a sua

exploração para produções mais competitivas.

É preocupante que no país, na actual campanha, apenas estejam reconhecidos pelo INGA 405 lagares para efeitos do pagamento complementar aos olivicultores, o que representa uma quebra de 33% face à campanha anterior. Esta diminuição é consequência directa da imposição de regras administrativas que, na prática, impedem o acesso ao pagamento complementar de milhares de olivicultores, mesmo para aqueles que teimam em continuar a produzir azeite!

2- A Olivicultura no PDR 2007-2013

A olivicultura constitui, a par com a fruticultura, horticultura, floricultura, viticultura e produtos de qualidade, um sector estratégico para efeitos dos apoios diferenciados a conceder através do PDR, consubstanciando-se em taxas de cofinanciamento público mais favoráveis nos investimentos, nomeadamente através do subprograma-1- Promoção da competitividade.

Sobre o conteúdo do “Plano Estratégico de Fileira” para a fileira olivícola nada se

sabe neste momento, o que o PDR refere é que se trata de “Instrumento estratégico de desenvolvimento da fileira. Inclui: estratégia; objectivos; zonamento da qualidade; metas; tipologia dos projectos; orientações para a selecção de projectos; orientações para a qualificação profissional; redes temáticas de informação e divulgação”.

Algumas questões podem desde já ser formuladas:

- Que tipo de olival vai ser apoiado?
- O olival superintensivo é prioritário?
- Que apoios para a organização da produção, transformação e comercialização?
- Que formas de organização vão ser apoiadas?

Quero referir, por último, que embora defendendo a reconversão, a melhoria do potencial produtivo e das condições de cultivo dos nossos olivais, formação dos nossos agricultores, a promoção da organização da produção da transformação e da comercialização, há características únicas dos nossos olivais tradicionais (que não se traduzem na mera produção) que é necessário preservar e apoiar, com meios financeiros do Desenvolvimento Rural, porque não?

Quadro 1

Plantações efectuadas entre 1 de Maio de 1998 e 31 de Outubro de 2006 *

DRA	DRAAL	DRAALG	DRABI	DRABL	DRAEDM	DRARO	DRATM	total
Área plantada (ha)	20705,6	56,3	1072.5	246.9	59.9	1068.5	7474.6	30684.3

*Plano de Plantação dos 30 000ha com direito à ajuda aprovado a Portugal pela Comissão Europeia

Fonte: GPP

